



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681030 - SP (2021/0224231-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO SHIMIZU - SP281123
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATAS ARAUJO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATAS ARAUJO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal nº 0008247-39.2020.8.26.0496).

O paciente teve benefício de livramento condicional cassado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em Agravo de Execução interposto do *parquet* estadual.

Alega o impetrante, que a fundamentação da decisão da Corte *a quo* é ilegal. Argumenta que a duração da pena e o regime atual de cumprimento da pena não são requisitos legais para a concessão de livramento condicional. Aduz que a Câmara de Direito Criminal não teria competência para contestar o exame criminológico favorável e que a existência de relatório anterior de mau comportamento não pode servir para indeferimento infinito de pleitos na execução. Esclarece que, como é cediço, falta grave não é óbice para a concessão de livramento condicional.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para reestabelecer o livramento condicional do ora paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente